



(Geo)grafando o território: a mídia impressa no ensino de geografia

Ângela Massumi Katuta
Deise Fabiana Ely
Eliane Tomiasi Paulino
Fábio César Alves da Cunha
Ideni Terezinha Antonello







(Geo)grafando o território: a mídia impressa no ensino de geografia

Ângela Massumi Katuta
Deise Fabiana Ely
Eliane Tomiasi Paulino
Fábio César Alves da Cunha
Ideni Terezinha Antonello



1ª EDIÇÃO

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

SÃO PAULO – 2009





Copyright © 2009, by Editora Expressão Popular

Revisão: *Ângela Massumi Katuta, Deise Fabiana Ely, Eliane Tomiasi Paulino, Fábio César Alves da Cunha.*

Projeto gráfico, diagramação e capa: *ZAP Design*

Imagens da capa: *Marcelo Galvan Leite*

Impressão e acabamento: *Cromosete*



Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: fevereiro de 2009

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 197 - Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3112-0941

vendas@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br





Sumário

INTRODUÇÃO	9
PARTE I	
Ensino de Geografia: conceitos, linguagens e mídia impressa.....	13
PARTE II	
A questão agrária na mídia impressa	23
O tema Globalização e a mídia impressa em sala de aula	31
Reestruturação produtiva, transformações espaciais no campo brasileiro e a mídia impressa	41
Temas da climatologia na mídia impressa: exercícios para uma abordagem crítica.....	49
REFERÊNCIAS	59
SOBRE OS AUTORES	62







Agradecimentos

Agradecemos ao Ministério da Educação e Cultura pela brilhante iniciativa de incentivar, por meio da concessão de recursos, trabalhos que integrem o ensino, a pesquisa e a extensão, ações indissociáveis do fazer universitário e que, na atual conjuntura, infelizmente ainda são realizadas de maneira fragmentada, sendo a dimensão da pesquisa a mais valorizada. Financiamentos que auxiliem na densificação das relações entre ensino básico e superior públicos são sempre bem vindos, dado que consolidam instituições fundamentais no processo de democratização da sociedade brasileira.







Introdução

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens. [...] A consciência, portanto, é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de mais nada mera consciência do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável, com o qual os homens se relacionam de maneira puramente animal e perante o qual se deixam impressionar como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural).
(MARX; ENGELS, 1977, p. 43-44)

O presente material tem por objetivo dialogar com o educador em geografia no tocante ao uso da mídia impressa em sala de aula. Não se trata de encará-lo como um receituário, pelo contrário, por meio dele visamos apenas incentivar e colaborar com o debate e o trabalho com este recurso nas aulas de geografia. Sabemos que este material é utilizado pelos professores desta disciplina das mais variadas maneiras já há algum tempo. Trata-se, pois, de somar esforços, em torno do processo de ensino e aprendizagem dos saberes geográficos com o uso desta linguagem e, para além disso, auxiliar na construção de leitores mais críticos deste meio de comunicação que, como todos sabem, tem inegável impacto na opinião pública.

O presente material está dividido em duas partes. Na primeira, constam breves reflexões sobre a Geografia escolar e o seu papel na cons-





trução de conceitos e, portanto, entendimento da realidade. Nesta parte, chamamos a atenção para a centralidade das linguagens no tocante ao entendimento das ordenações espaciais, abordando especificamente o trabalho pedagógico com o jornal impresso.

Na segunda parte do trabalho constam reflexões sobre alguns temas caros à geografia e a abordagem destes nos jornais impressos. É importante destacar que as mesmas foram elaboradas no intuito de contribuir com as reflexões e trabalhos que muitos educadores de geografia já têm feito. Por isso, não se constituem em hipótese alguma em um conjunto de entendimentos que devem ser seguidos à risca. Pelo contrário, constituem sistematizações mais voltadas à ampliação do debate no que tange ao uso do jornal impresso, tendo como horizonte temas sempre presentes neste material. São eles: a questão agrária, a globalização, a reestruturação produtiva e as transformações no campo brasileiro e, por fim, mas não menos importante, os fenômenos climáticos. Cabe alertar que, a despeito da importância da reflexão em torno dos temas abordados nos jornais impressos que, em geral, auxilia a qualificar a reflexão do leitor, faz-se necessário o questionamento da ausência de alguns temas no referido meio de comunicação, tendo em vista que o mesmo é utilizado em larga escala pelos grupos sociais hegemônicos visando a ideologização da sociedade.

É importante alertar que compreendemos que o professor deve utilizar sua capacidade criativa, seus saberes sobre os processos de aprendizagem, as espacialidades vivenciadas pelos educandos, bem como os conhecimentos que possui sobre a escola para, a cada momento em que achar necessário, (re)inventar os modos de fazer ou as práticas pedagógicas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem de saberes geográficos.

Cabe ainda informar que as reflexões ora apresentadas foram elaboradas individualmente por cada autor, como parte das atividades de um Projeto Integrado de ensino, pesquisa e extensão por nós desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina desde 2006, intitulado





(Geo)grafando o território – epistemologias e linguagens. Dessa maneira, a diversidade das posturas teórico-metodológicas foi preservada, dado que compreendemos ser este o posicionamento mais adequado, tendo em vista a complexidade do real e as múltiplas possibilidades de seu entendimento.

Esperamos que este material some, de alguma maneira, ao precioso trabalho que os educadores de geografia do ensino básico já vêm realizando.

Os autores







PARTE I

Ensino de Geografia: conceitos, linguagens e mídia impressa

Ângela Massumi Katuta

Os conhecimentos geográficos sempre foram importantes para a sobrevivência dos mais diversos grupos humanos. Em um contexto de baixo desenvolvimento do meio técnico, o domínio de saberes sobre as características, recursos e perigos presentes nos lugares, as espécies vegetais e animais neles presentes, não raro, definiam a vida e a morte dos seres humanos. Segundo Milton Santos (1994, p. 75) produzir é produzir espaços, o que significa dizer que a sobrevivência humana está umbilicalmente vinculada a esta produção.

É a relação Homem X Meio, mediada pelo trabalho e a técnica, um dos elementos-chave para o desvelamento das transformações paisagísticas encetadas pelos seres humanos ao longo das distintas espaço-temporalidades. Como já afirmava Santos (1994), é o meio técnico e, atualmente, o meio técnico-científico e informacional o principal responsável pelas transformações paisagísticas hodiernas.

A despeito das escolas e concepções de geografia atual e anteriormente existentes, a elaboração de respostas às perguntas “Onde?” e “Por que aí?” sempre foram identificadas como tendo caráter geográfico, pois apresentam a preocupação com a localização dos fenômenos, elemento





fundamental no entendimento da geograficidade dos objetos (qualquer objeto existente está em algum lugar e essa localização acaba por definir o seu Ser no mundo). Contudo, as respostas às questões colocadas vão diferir em cada momento histórico e lugar.

Os conhecimentos geográficos, assim como quaisquer outros, são construídos a partir da relação que o Homem estabelece com o Meio, o que depende da maneira como o trabalho é realizado sob a égide de um determinado modo de produção. Dessa forma, em função das maneiras como realiza seu trabalho, bem como estabelece a partilha dos resultados deste, determinados conhecimentos e práticas sobre os mais diversos lugares e sobre o Outro são gerados e implementados. A identidade dos grupos humanos está inexoravelmente ligada aos lugares que organiza, por isso, na maioria das vezes, no processo de conhecimento das pessoas, tenta-se identificar – ONDE: nasceu, viveu, estudou, trabalhou, realizou suas atividades de lazer, entre outros. Estes dados acabam por nos auxiliar a construir uma espécie de mosaico sobre a nossa própria identidade e, conseqüentemente, a do Outro.

Em nossa sociedade, o *movimento de pensamento*, via de regra, parte do cotidiano, do singular e pode se ampliar cada vez mais para escalas que permitam chegar a uma construção genérica e conceitual (plano da generalidade), objetivo e ponto de chegada do atual processo de escolarização. É neste contexto que os conceitos auxiliam na ressignificação do senso comum, – aqui compreendido como um sistema de crenças jamais questionado de que a realidade existe tal qual é –, e dos preconceitos, – conjunto de idéias preconcebidas, anteriores ao trabalho de conceitualização (CHAUÍ, 1996-97, p. 117-118). A construção do pensamento conceitual é atividade realizada pelo pensamento, que tem atualmente como *locus* de produção e disseminação a educação formal, realizada nas instituições escolares dos mais diferentes níveis de ensino.

Considerando o exposto, se as aulas se restringem aos conceitos, às abstrações e generalizações, o conhecimento dificilmente se constrói, pois será muito pouco provável que o estudante ou o sujeito do





conhecimento consiga estabelecer relações, ressignificações e portanto, reelaborações e uma nova fusão entre os seus saberes e aqueles trabalhados na e pela escola. Por outro lado, se as aulas têm como ponto de partida e chegada apenas a dimensão cotidiana, tampouco ocorrerá a construção de conhecimentos, pois dificilmente o núcleo central do senso comum e dos preconceitos serão ressignificados, visto que esta ação exige, necessariamente, releituras que avancem para além da singularidade dos fenômenos. Por isso, afirmarmos: os conhecimentos geográficos se constroem no infinito movimento que se realiza entre o plano da singularidade, da particularidade e da generalidade em diferentes escalas de análise. (LEFEBVRE, 1991; KATUTA, 2004)

Assim, partimos do pressuposto de que o conhecimento nas sociedades letradas hodiernas é construído no diálogo entre os saberes cotidianos discentes e aqueles escolares. Isso porque é por meio desta troca profícua e infinita que os últimos realizarão a sua tarefa principal: auxiliar na compreensão da realidade de uma maneira menos sincrética e caótica, características do senso comum da sociedade capitalista, fundamento da construção dos preconceitos. Cabe salientar aqui que não se trata de romper com o sistema de senso comum, como se este fosse algo desnecessário em nossas vidas, ao contrário, é necessário ampliá-lo, ressignificá-lo por meio da construção de conceitos. Isso porque uma parte significativa dos saberes, elementos fundamentais em nossos processos de orientação e localização socioespacial, são construídos a partir das referências do senso comum; este, portanto, é nosso substrato ou matéria-prima para a construção conceitual. É considerando este contexto de produção simbólica que propomos o trabalho com a mídia, sobretudo a impressa, nas aulas de geografia.

Ora, se tivermos como pressuposto que devemos partir dos conhecimentos que os discentes possuem sobre os lugares que conhecem, a fim de realizar o ensino e aprendizagem fundado no dialogismo – diálogo entre saberes discentes e escolares –, podemos fazer uso do jornal local enquanto linguagem e fonte de registro da geograficidade dos fenôme-





nos, fundamental na construção de raciocínios geográficos. Antes de prosseguirmos cabe esclarecer o que entendemos por geograficidade:

O ponto ôntico-ontológico da tradução do metabolismo homem-meio no metabolismo homem-espaço. [...] A geograficidade é o modo de expressão dessa essência metabólica – a hominização do homem pelo homem através do trabalho – em formas espaciais concretas de existência, algo que difere nos diferentes recortes do território da superfície terrestre. É o ser em sua totalidade geográfica concreta. [...] A geograficidade é, assim, o ser-estar espacial do ente – pode ser o homem, um objeto natural ou o próprio espaço (quando este é posto diante da indagação: o espaço, o que é, qual a sua natureza) – seja qual for o caráter de sua qualidade. No caso do homem, a geograficidade é a forma como a hominização enquanto essência do metabolismo exprime sua existência na forma do espaço. A geograficidade do homem é então a forma como a liberdade da necessidade emerge e se realiza através da forma concreta de existência espacial na sociedade. (MOREIRA, 2004, p. 33-35)

Assim, é por meio do diálogo entre as geograficidades ou as maneiras como os fenômenos se organizam espacialmente, em diferentes escalas (local, estadual, nacional, regional, planetária, entre outras), que os estudantes podem melhor compreender as determinações dos mesmos, tornando-se, dessa maneira, capazes de influenciar na produção de lugares mais democráticos. Quem não conhece e compreende o local em que vive, nas suas múltiplas determinações, dificilmente conseguirá intervir em sua produção. Contudo, alertamos que os fenômenos possuem geograficidades com distintas abrangências, o que coloca em xeque a proposição pedagógica da abordagem dos espaços a partir dos círculos concêntricos (local – bairro, cidade, município; regional – estado, país, continente, mundo, necessária e obrigatoriamente em ordem crescente, nesta perspectiva pedagógica). Dessa maneira, é de responsabilidade do educador estabelecer as escalas de análise em que a geograficidade do fenômeno será abordada, o que pode variar





conforme os objetivos pedagógicos do mesmo e também de acordo com o próprio fenômeno.

Verifica-se que já há algum tempo está ocorrendo um processo de densificação dos meios de comunicação, sobretudo em função da constituição do fenômeno ao qual Milton Santos (1997) denominou de meio técnico científico e informacional. As informações de todas as partes do mundo chegam cada vez mais rapidamente a um maior número de pessoas. Assim, poucos são os municípios no Brasil que não possuem jornal impresso, seja ele de tiragem diária, semanal, quinzenal, mensal ou bimestral. Este material, como afirmamos anteriormente, constitui rica fonte de registros (escritos e imagéticos) das geografidades nas mais diferentes escalas, dependendo da abrangência geográfica do jornal impresso.

Muitos devem estar se perguntando: por que trabalhar com o jornal impresso, se atualmente temos as redes de informações digitais? Se atentarmos para o conjunto de pessoas que têm acesso às mesmas, veremos que, no caso de nosso país, infelizmente a exclusão digital ainda é grande, o que inviabiliza uma proposta pedagógica inclusiva. Os dados que seguem corroboram nossa afirmação:

Uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) em alguns países

País	Domicílios com computador (%)	Domicílios com Internet (%)
Holanda	80	80
Alemanha	77	67
Noruega	75	69
Reino Unido	71	63
Espanha	57	39
França	56	41
Itália	48	40
Portugal	45	35
Brasil	20	14

Adaptado de Balboni (2006)
Fonte: Eurostat, 2006

Com base nos dados apresentados é possível afirmar que, apesar do trabalho com a mídia digital ser relevante, trata-se de um meio de





comunicação que não compõe a realidade da maioria das crianças em nosso país, cujas dimensões e diversidades são enormes.

É no contexto ora esboçado que defendemos o uso do jornal impresso em sala de aula enquanto linguagem auxiliar no entendimento das geografias produzidas. É importante destacar que as explicações ou racionalidades sobre os fenômenos, sejam elas de caráter de senso comum, religioso, mítico ou científico se realizam por meio das mais diferentes linguagens. O que significa dizer que, sem as mesmas, o conhecimento não se realiza. Pode-se dizer então que conhecimento e linguagens são fenômenos imbricados, um não existe sem o outro.

Na escola, o que fazemos enquanto educadores é sempre recolocar, ressignificar o real a partir do repertório lingüístico e conceitual de nossa área do saber. No nosso caso, partimos daquela nossa antiga companheira de séculos que demonstra a geografia dos fenômenos (ser-estar-espacial do ente no mundo), qual seja, a cartografia. Esta é a linguagem que orienta a análise geográfica dos fenômenos, as outras linguagens como as artísticas, nas suas mais variadas formas – poesia, prosa, pintura, teatro, gravura, fotografia, música, escultura, cinema etc –, escrita, matemática, televisiva, jornalística, entre outras, auxiliam a dar corpo, a ampliar os significados que por ventura podemos atribuir à geografia dos fenômenos. Em síntese, é por meio delas que construímos os conceitos. Assim, ensino de geografia, linguagens e conceitos nutrem relações orgânicas entre si, um não podendo existir sem o outro.

Por apresentar as transformações espaciais nas mais variadas escalas é que, nesta reflexão, estamos destacando o jornal impresso enquanto recurso lingüístico e pedagógico a ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem de conteúdos geográficos. Contudo, para que isso se realize, faz-se necessário atentar para alguns aspectos que abordaremos rapidamente na presente reflexão. O intuito da mesma não é tornar o jornal um fetiche, resposta para todas as mazelas do ensino da geografia, mas um aliado na formação do estudante, pois trata-se de ampliar a sua visão em relação a este conjunto específico de códigos com os quais tem ou pode vir a ter contato.





Existem jornais voltados para os mais diversos segmentos sociais que apresentam notícias nas mais distintas escalas, isso vai depender da abrangência desse meio de comunicação. Podemos afirmar que as geograficidades apresentadas em um jornal de circulação nacional remetem a uma escala nacional e planetária, ao contrário de um outro de circulação local que, via de regra, dependendo da extensão e número de habitantes de um município, pode circunscrever a sua abrangência apenas à rede urbana, quando muito abordando também algumas transformações espaciais que ocorrem na zona rural. Dessa maneira, dependendo da temática e fenômeno a ser trabalhado, faz-se necessária a seleção consciente da escala de abrangência do jornal impresso.

É importante também destacarmos o fato de que muitas transformações espaciais, sobretudo àquelas ligadas aos movimentos sociais, não são apresentadas pela grande mídia, isso porque o conjunto da sociedade acaba por interferir de maneira diferenciada na produção e veiculação das notícias. É por isso que a mídia e, conseqüentemente, o jornal impresso pode ser compreendido como um campo desigual de disputas, daí a necessidade de questionarmos o fato de determinadas geograficidades não serem ponto de pauta midiática como outras que, constantemente e, não por acaso, sempre estão em evidência nos jornais impressos.

Chauí (2006, p. 12 e seguintes) em seu livro intitulado *Simulacro e poder: uma análise da mídia*, traz subsídios que nos auxiliam a compreender esta questão. Afirma que o século XXI iniciou com dez a doze conglomerados midiáticos de alcance mundial, que se constituem em enunciadores de entendimentos sobre o mundo, exemplo máximo da homogeneização das compreensões, processo este a que somos submetidos diuturnamente. A autora denuncia também o refluxo do jornalismo investigativo e a predominância daquele opinativo ou assertivo, ou seja, aquele que, em geral, visa se tornar o formador de opiniões sobre os fatos, em detrimento do refluxo do espaço da opinião pública, sempre presente em uma sociedade democrática. Neste sentido Marx (1980, p. 34) alerta: “Ninguém luta contra a liberdade; no máximo, luta-se contra





a liberdade dos outros. Por isso, todos os tipos de liberdade existiram sempre, às vezes como uma prerrogativa particular, outras como um direito geral.” E, em um outro ponto do mesmo texto defende: “[...] Como todo mundo aprende a ler e a escrever, todo mundo deveria ter licença para ler e escrever.” (MARX, 1980, p. 55)

Dessa maneira, convém alertarmos para o fato de que nenhuma produção humana é neutra, como somos essencialmente seres políticos, nossas produções também o são, portanto, podem ser usadas a serviço da dominação ou da transformação social. Os jornais impressos não fogem a esta determinação, constituem-se em campos de tensão e de lutas sociais por velhas e novas territorialidades. Refletindo sobre a produção humana no contexto das sociedades capitalistas, Marx e Engels (1977, p. 72) afirmaram:

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e distribuição de idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época.

É em função do exposto que nos propomos dialogar com o jornal impresso, tendo em vista que o mesmo constitui material que registra, sob as mais variadas perspectivas, as geograficidades em nível local e regional, ponto de partida para a construção do conhecimento geográfico





escolar. Salientamos ainda que não defendemos o abandono sumário do livro didático de geografia em favor do uso dos jornais impressos pois, por mais precário que o primeiro seja, ainda constitui fonte dos mais variados tipos de imagens, informações e mapas, elementos fundamentais ao entendimento da geograficidade dos fenômenos.

Assim, defendemos a realização de um trabalho pedagógico em que jornais impressos e livros didáticos sejam utilizados como recursos auxiliares no processo de ensino e aprendizagem de conhecimentos geográficos. Não são eles que definem o que e como ensinar, mas o projeto político pedagógico de cada escola e educador. Os referidos materiais apenas podem contribuir para que o diálogo entre as diferentes escalas no estudo das geograficidades dos fenômenos seja mais profícuo.







PARTE II

A questão agrária na mídia impressa

Eliane Tomiasi Paulino

SOBRE A MÍDIA

A mídia tem se constituído em importante agente de socialização, sensibilização e mobilização dos cidadãos, os quais têm um papel decisivo nas transformações territoriais, e que se manifesta seja em ações ou omissões. Ao influenciar a opinião dos cidadãos e, portanto, os gradientes de envolvimento sobre quaisquer temáticas ou problemas, a mídia acaba por tornar-se importante referência a nortear as ações dos próprios governos, que se orientam por parâmetros de popularidade imprescindíveis para sua legitimação e manutenção no poder. Simultaneamente, a mídia influencia a percepção que os atores políticos têm dos problemas e, não raro, interfere na definição de agendas políticas. (CARVALHO, 2002)

Enfim, a mídia cria um universo no qual muitas questões são socialmente construídas a partir de suas proposições, que privilegiam determinados acontecimentos e problemas em detrimento de outros.

A RELAÇÃO ENTRE GEOGRAFIA, POLÍTICA E MÍDIA

Em que medida temáticas geográficas como a questão agrária, a globalização, a reestruturação produtiva, os fenômenos climáticos aparecem como questões políticas e, por extensão, de interesse midiático?

A complexidade que envolve tais questões resulta em freqüentes desacordos entre estudiosos e especialistas, sobretudo em função das





matrizes discursivas e de pensamento da qual compartilham. Por isso, devemos compreender que a construção, apresentação e interpretação dos fatos midiáticos são fenômenos discursivos, que tem como fundamento a existência de várias interpretações, todas eivadas de um suposto crivo “científico”. Dessa maneira, ficar atento aos distintos discursos é fundamental, porque estes acabam por definir os problemas, delineando as maneiras por meio das quais eles devem ser pensados. É devido a isso que a mídia possui função epistemológica significativa em nossa sociedade. Esse meio de comunicação atinge grande parte da população brasileira, interferindo em sua opinião sobre o mundo, seja o segmento letrado ou não, dado que os sujeitos possuem acesso aos mais variados tipos de mídia, dentre as quais podemos citar a imprensa, a radiofônica e a televisiva.

Por isso, muitos competem para se fazer ouvir e para publicizar as suas posições por meio da mídia. Entre eles temos cientistas, sujeitos com interesses econômicos e atores com interesses político-partidários diversos.

PERSPECTIVAS DOS DISCURSOS E ABORDAGENS

As perspectivas que orientam as abordagens sobre quaisquer problemáticas nunca são neutras, pois veiculam opções, posições, idéias e distintos modos de entender os vários aspectos da realidade. De acordo com Carvalho (2002) há três dimensões passíveis de serem tomadas como instrumentos de análise do recurso midiático:

– *dimensão analítico-descritiva*: as abordagens apontam para alguns dos temas, questões ou aspectos que estão envolvidos num problema, simultaneamente descrevendo e analisando a realidade;

– *dimensão normativo-avaliativa*: implícita ou explicitamente as abordagens remetem para preferências e valores, envolvendo opções ideológicas.

– *dimensão prescritiva*: com frequência as abordagens remetem para a ação, contendo orientações explícitas ou veladas para que a mesma ocorra.





TRABALHANDO A QUESTÃO AGRÁRIA A PARTIR DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

A nosso ver, a questão central a ser colocada é a seguinte:

De que forma as abordagens dos diferentes atores em relação à questão agrária são apresentadas na imprensa e qual o peso relativo das várias perspectivas nos textos de imprensa na construção-disseminação dos fenômenos?

É importante combinar aspectos da análise de conteúdo (descritiva e quantitativa) com a análise de discurso (rica em interpretações, qualitativa).

Considere que as abordagens são construídas a partir de quatro funções:

- a) definir problemas;
- b) diagnosticar causas;
- c) fazer juízos de valor;
- d) sugerir soluções.

Como vimos, tais funções incluem as três dimensões que norteiam as matérias: dimensão analítico-descritiva, dimensão normativo-avaliativa e dimensão prescritiva.

COM BASE NO EXPOSTO, COMO TRABALHAR EM SALA DE AULA COM A MÍDIA?

Antes de mais nada, é preciso verificar quais são os temas mais recorrentes no meio de comunicação em foco. Este aspecto já nos permite questionar: por que alguns temas aparecem com grande frequência e por que outros sequer são abordados? Além disso, a compreensão deste aspecto permite fazer um reconhecimento prévio das potencialidades do material aos quais temos acesso e o tipo de trabalho que com ele podemos realizar. Pode-se relacionar os temas presentes no conteúdo programático das diversas séries escolares com o conteúdo das matérias jornalísticas. No que tange à questão agrária, vários são os temas abordados na mídia impressa. Dentre eles os mais recorrentes são: agricultura, comércio mundial de commodities, agricultura empresa-





rial x agricultura familiar, luta pela terra, produção de alimentos, crise alimentar etc.

Assim, por meio da combinação entre a análise quantitativa e a qualitativa podem ser realizados inúmeros estudos do espaço geográfico.

UM PEQUENO EXEMPLO DE ANÁLISE QUANTITATIVA

Com base no exposto, podemos trabalhar com a mídia impressa a partir dos seguintes objetivos pedagógicos:

- Verificar a frequência de aparecimento das temáticas, ou de atores que as representam, no material selecionado em um determinado período;
- Mensurar a superfície, em termos de espaço ocupado nas publicações, que é dedicada às temáticas.

POR QUÊ?

Isso permitirá refletir com os alunos presenças e ausências de debates importantes. Por que alguns temas não aparecem? Por que outros aparecem com grande destaque, ocupando espaços importantes nas publicações selecionadas? Por que outros, ainda que apareçam, são relegados aos espaços secundários das publicações?

A ANÁLISE QUALITATIVA

Outro aspecto importante a ser considerado é a análise qualitativa. Em um mesmo trabalho com a mídia podemos ter como objetivos pedagógicos:

- Verificar se há confronto de perspectivas, ou seja, se há contestação daquela proposta pela fonte em cada matéria analisada.
- Atentar para o papel da perspectiva implícita na abordagem da fonte face a outras, que pode ser de reforço, de crítica, de comentário de especialistas etc.
- Observar aspectos retóricos, como metáforas e outras figuras de estilo, empregadas pela fonte ou pelos jornalistas ao referirem-se às perspectivas da primeira.





– Analisar a posição relativa das afirmações da fonte, ou da sua perspectiva, na ordem do texto, seja no início, meio ou fim da matéria.

NÃO ESQUEÇA!

O título é um importante referencial e deve ser analisado à luz das perspectivas anteriores.

Quem tem a palavra final no texto, via de regra, disputa o *status* de professar a verdade.

UM OLHAR SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

O fato de o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas apontar para uma concentração progressiva de capitais, de estruturas produtivas e de pessoas, e que se expressa no aumento da parcela da população vivendo em cidades, não suprime a importância do campo, antes a reforça, embora em novos termos.

Em meio às teses de desaparecimento do campesinato, herança de interpretações clássicas sobre o desenvolvimento capitalista e suas implicações para a agricultura, projetou-se a idéia da racionalização empresarial como única via para o desenvolvimento no campo, criando-se uma vinculação automática desta concepção de agricultura com o conceito de *agribusiness* (agronegócio). De acordo com Welch e Fernandes (2008, p. 165), o agronegócio transcende a atividade meramente agrícola, pois engloba um complexo de sistemas que além desse setor, envolve indústria, mercado e finanças. A restrição do significado de agronegócio à agricultura apenas difunde inclusive uma falsa noção de participação econômica no PIB que a atividade efetivamente não tem, já que o faturamento de todos os setores indiretamente relacionados é contabilizado, o que inclui a indústria de insumos, maquinários e o próprio setor envolvido com a comercialização de bens primários.

Outra distorção analítica diz respeito à confiança desmesurada nas técnicas, como se fosse possível isolar a agricultura dos ciclos naturais, nos termos de uma “industrialização da agricultura”.





No Brasil, há um falso consenso sobre a importância do agronegócio, notadamente das culturas de exportação, mas que não resiste à prova dos fatos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2007 a agropecuária contribuiu com apenas 6,5% do PIB, enquanto a indústria contribuiu com 29,8% e o setor de serviços com 63,7%. Neste ano, as exportações de alimentos e matérias primas agrícolas alcançaram apenas 8% dos recursos amealhados pelo conjunto das exportações brasileiras.

Atualmente o Brasil é o quarto maior exportador mundial de alimentos/bens primários, considerando os valores monetários envolvidos. Em primeiro lugar estão os EUA, em seguida temos a Holanda e em terceiro, a França. Todavia, o território da Holanda é menor do que o do estado de Sergipe.

Em nome do agronegócio, socialmente legitimado pela idéia corrente de que é ele quem sustenta a economia nacional, biomas são destruídos, valendo-se de técnicas cada vez mais sofisticadas para adaptabilidade de culturas às diferentes condições edafoclimáticas.

Do cerrado, 80% já foi devastado e as monoculturas não param de avançar. Não custa lembrar que este bioma é considerado o berço das águas da América do Sul, no qual estão as nascentes dos Rios Paraná, Paranaíba, Paraguai e São Francisco, além de parte dos afluentes do lado direito da Bacia Amazônica.

A última fronteira é a floresta amazônica, da qual 17% já foi consumida para dar lugar às pastagens, ao cultivo de oleaginosas, cereais e cana-de-açúcar, ou simplesmente para demarcar a apropriação privada da terra, sem utilização produtiva digna de nota.

Contudo, nem mesmo este avanço voraz foi suficiente para aumentar a participação proporcional da produção brasileira comercializada nos mercados globais.





Participação do agronegócio brasileiro no mercado mundial

1980	0,48%
1985	0,47%
2003	0,43%

Fonte: Oliveira, 2003, p. 126.

De acordo com o INCRA, citado por Oliveira (2003, p. 127), 85,2% dos imóveis rurais têm menos de 100 hectares e ocupam apenas 20% das terras no país. Por outro lado, 1,6% das propriedades açambarcam 43,8% das terras brasileiras. Para se ter uma idéia das dimensões de algumas destas propriedades, basta lembrar que apenas 27 delas controlam uma área equivalente a do estado de São Paulo. E o que é pior: a maior parte delas não foram compradas, mas griladas, ou seja, seus proprietários forjaram escrituras e registros. É o caso da Fazenda Curuá, da qual diz ser proprietário Cecílio Rego de Almeida, empresário paranaense dono da quarta maior construtora do Brasil, a C R Almeida. Esta fazenda, localizada no Pará, tem 4.700.000 hectares de terra e é considerada o maior grilo do Brasil, sobre o qual há determinação judicial de desocupação desde março de 2007, mas que ainda não foi executada pois a Polícia Federal alega não dispor das condições logísticas para expulsar tão poderoso invasor.

Nesse cenário em que situações como essas são recorrentes, as grandes propriedades continuam a controlar a maior parte das terras no país, mas a maioria delas está descumprindo a Constituição Brasileira, que prevê o cumprimento obrigatório da função social da terra, que supõe três princípios básicos:

- 1 - obedecer à legislação ambiental em vigor;
- 2 - obedecer à legislação trabalhista em vigor;
- 3 - ser produtiva.

Não é isso que ocorre, conforme indicou Oliveira (2003) valendo-se dos dados do último censo agropecuário publicado.

Apenas 21,8% do rebanho bovino encontra-se nos grandes estabelecimentos. Por outro lado, 37,7% do total nacional está nos pequenos estabelecimentos.





Em relação ao arroz, o volume da produção oriundo dos grandes estabelecimentos corresponde a apenas 18,4% da produção nacional. Os pequenos contribuem com 38,9%.

Apenas 21,9% do volume de soja colocado no mercado é proveniente dos grandes estabelecimentos. Por sua vez, os pequenos contribuem com 34,4% da produção nacional.

No caso do milho, os grandes estabelecimentos produzem apenas 10,8% do total nacional. Os pequenos 54,4 %.

No caso do trigo, os grandes estabelecimentos produzem apenas 4,2%. Os pequenos 60,6%.

No caso do feijão, os grandes estabelecimentos produzem apenas 4,6%. Os pequenos 78,5%.

Os pequenos estabelecimentos respondem por 86,6% de todos os empregos e ocupações no campo. Por outro lado, os grandes geram apenas 2,5% deles.

É por isso que se deve atentar para o discurso midiático envolvendo a questão agrária. Via de regra, os movimentos de luta pela terra são criminalizados e há um esforço desmesurado em projetar a agricultura empresarial como moderna, eficiente e produtiva.

Tudo isso para ocultar uma questão essencial: a concentração fundiária em nosso país é uma das mais elevadas do mundo, interferindo negativamente na economia e aprofundando as desigualdades sociais.

Formar cidadãos, dever da escola, supõe assegurar ferramentas para que se possa compreender e desconstruir discursos ideológicos.

É preciso explicitar o dinamismo e o potencial includente que a agricultura camponesa tem representado para o país, rompendo com os referenciais impostos pela grande mídia sobre a questão agrária brasileira.

Dessa maneira a geografia pode construir coletivamente estratégias para que as políticas de gestão territorial sejam invertidas, de modo a privilegiar a soberania alimentar no país, aliada à apropriação parcimoniosa dos bens e recursos que ainda dispomos, papéis que a pequena propriedade poderá desempenhar melhor que os setores empresariais do campo.





O tema Globalização e a mídia impressa em sala de aula

Fábio César Alves da Cunha

GLOBALIZAÇÃO: O QUE É ISSO?

O termo globalização disseminou-se ao longo da década de 1980 em escolas estadunidenses de Administração de Empresas, como Harvard. Foi considerado naquele momento como o aprofundamento da internacionalização capitalista, sob o comando das multinacionais que começaram a assumir estratégias de atuação global para essas corporações.

Para Theodore Levitt, teórico pioneiro da globalização, visando aumentar seus lucros, as empresas passaram a assumir uma estratégia única de produção e marketing em escala mundial, homogeneizando as demandas e os hábitos de consumo, fortalecendo o chamado “Paradigma Coca-cola”, isto é, mercados e corporações globais, vendendo os mesmos produtos padronizados, desde automóveis, aço, petróleo, cimento, equipamentos agrícolas, serviços bancários, seguros, computadores, produtos farmacêuticos, telecomunicações, entre outros.

O TERMO EMPRESA GLOBAL É MAIS ANTIGO

Segundo Sene (2004) no final dos anos 1950, Gilbert Cleo introduziu a expressão empresa global, descrevendo o mercado mundial homogêneo e encorajando as companhias estadunidenses a comprarem matéria-prima barata em qualquer lugar do mundo, produzirem nos países de baixo custo de mão-de-obra e venderem nos mercados mais atraentes. Seu modelo baseava-se no conceito de otimização global.





Para que as empresas passassem a agir conforme essa nova forma de atuação globalizada, foi preciso o desenvolvimento de algumas condições técnicas estruturais, como os meios de transportes e de comunicação (telecomunicações), sendo este último um meio informacional capaz de integrar o mundo.

REVOLUÇÕES TÉCNICAS: A BASE DO PROCESSO

Um elemento fundamental para entender esse processo é compreender as três revoluções industriais geradoras do desenvolvimento técnico necessário que impulsionou o processo de globalização, conforme indicado no quadro a seguir.

Quadro síntese das características das Revoluções Industriais		
<p>1ª Revolução Industrial Local: Inglaterra Período: meados do séc. XVIII até fim do séc. XIX</p>	<p>2ª Revolução Industrial Local: Estados Unidos Período: fim do século XIX</p>	<p>3ª Revolução Industrial Local: EUA, Alemanha e Japão Período: pós 1960</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Hegemonia inglesa - Energia: carvão - Grande concentração da atividade industrial (têxteis e bens de consumo não duráveis) - Início da D.I.T. - Divisão internacional do trabalho (países exportadores de bens manufaturados x países exportadores de matéria prima) - Início da urbanização: novos hábitos e valores para tempo, espaço e até mesmo para a felicidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Hegemonia dos EUA - Energia: petróleo - Diversificação da atividade industrial (petroquímica, automobilística, siderúrgica e metalúrgica) - Taylorismo: técnica de gerenciamento para maior controle dos trabalhadores - Fordismo ("Produção em massa e consumo em massa"). Características: linha de montagem, produção em escala, concentração técnica e administrativa (gigantismo), desperdício no uso de recursos naturais, ênfase na publicidade para a criação de necessidades, aumento da divisão do trabalho, exigindo funcionários especializados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fim da hegemonia Americana que vê o poder crescente do Japão (tecnologia) e da União Européia (PIB). - Energia: Petróleo, biocombustíveis e fontes energéticas alternativas - Novos setores industriais e de serviços: softwares, biotecnologia, engenharia genética, informática, robótica, microeletrônica, telecomunicação, maior desenvolvimento da publicidade, <i>design</i>, pesquisas e processos que envolvem idéias e criatividade que revolucionam toda a sociedade modificando valores e comportamentos - Em segundo plano: mão-de-obra barata e especializada - Desemprego em massa - Meios de comunicação cada vez mais interativos - Descentralização - Segmentação - Fragmentação - Maior "autonomia" a funcionários.



PRODUÇÃO FLEXÍVEL E NEOLIBERALISMO: ACELERANDO O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Com o desenvolvimento da terceira revolução industrial e as transformações dela decorrentes, o capitalismo encontrou novas formas de dinamizar sua atuação no espaço procurando as melhores vantagens comparativas (espaciais) para poder acumular ainda mais. Para isso, dois processos concomitantes foram de extrema importância: a produção flexível e o neoliberalismo.

PRODUÇÃO FLEXÍVEL OU TOYOTISMO

Se a terceira revolução industrial passa a ser gestada a partir da década de 1960, na seguinte o capitalismo encontra novas formas produtivas com o objetivo de ampliar seu regime de acumulação. Desde a década de 1930, com a crise econômica de 1929, o regime de acumulação que passou a predominar foi o Fordismo, regulado pelo keynesianismo (maior poder de atuação do Estado sobre a economia). A partir da década de 1970, um novo regime de acumulação entra em cena: a Produção Flexível ou Toyotismo com um novo modo de regulação que passou a vigorar, principalmente, a partir da década seguinte, conhecido como neoliberalismo.

O toyotismo surgiu no Japão com Taiichi Ohno, da empresa Toyota, no contexto da terceira revolução industrial. Esse movimento também ficou conhecido por produção flexível. Suas principais características são:

- Novas relações de produção em série por células de produção, na qual a equipe de produção é encarregada de todo o processo produtivo, incluindo o controle de qualidade, o que diminui os defeitos e o número de empregados;
- Desenvolvimento de máquinas cada vez mais sofisticadas e da robótica (entram em cena os robôs);
- Exigência de uma maior flexibilidade e qualificação dos trabalhadores;
- Maior sintonia entre fábricas e fornecedores de peças e matéria-prima (redução dos estoques), processo conhecido como *just in time*;





– Criação do Kanban (cartão) – visando racionalizar o fluxo de peças e matéria-prima no interior da fábrica entre seções e equipes de trabalho (células de produção).

CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS DO TOYOTISMO PARA O TRABALHADOR

Aumento da exploração do trabalhador: o trabalho se torna mais estressante com a introdução do Kayzen (busca incessante pelo aperfeiçoamento ininterrupto), do zero defeito (provocador de concentração estafante), do andon (dispositivo visual que regula o ritmo do trabalho, a fim de acelerá-lo quando conveniente). Tudo isso convertendo-se num aumento dos gastos de energia psicossomáticas dos operários, além da subcontratação-terceirização e do trabalho temporário.

CONSEQUÊNCIAS POSITIVAS DO TOYOTISMO PARA O CAPITAL

Elevação sem precedentes das taxas de lucratividade com menor gasto envolvendo a força de trabalho; alteração do padrão de qualidade e de preço dos produtos, ampliando a competitividade no mercado mundial. Exemplo: a entrada agressiva dos automóveis japoneses no mercado americano na década de 1980.

Com a terceira revolução industrial ocorreram transformações na produção, acumulação e atuação do capital em escala mundial. Assim, surge um novo modo de regulação que permite ou “libera” os mercados mundiais das barreiras protecionistas instauradas ainda no regime fordista. Esse novo modo de regulação se inscreve no contexto do neoliberalismo, o qual nasce da retomada de idéias liberais a partir da década de 1950, nas academias estadunidenses. Num primeiro momento, essas idéias foram colocadas em prática no Chile, ainda na década de 1970. Na seguinte (1980), foram implementadas nos EUA e Inglaterra, respectivamente, nos governos Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra). Na década de 1990 tais práticas foram disseminadas para os demais países periféricos com o chamado “Consenso de Washington”.

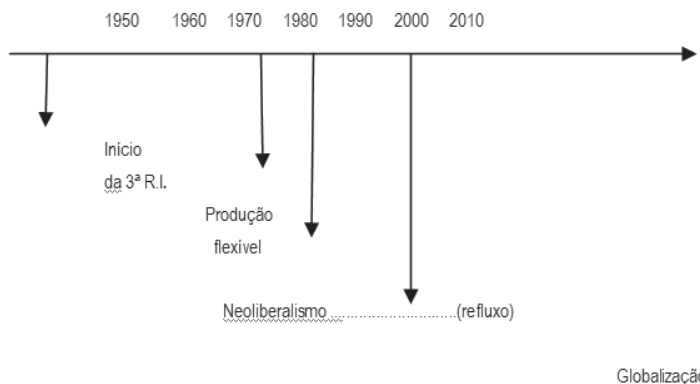




CONSENSO DE WASHINGTON: Ação política liderada pelos países centrais voltada à consolidação do receituário de caráter neoliberal para o restante do mundo. Se caracteriza por: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização das Estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas), direito à propriedade intelectual, entre outros.

Com a terceira revolução industrial, a produção flexível e o neoliberalismo, foi possível o desenvolvimento de um outro processo, a globalização.

Processos que antecederam a Globalização



Com o processo de globalização uma empresa pode ter atuação global, comprar e vender para o mundo. As pessoas, com um computador pessoal e a internet, podem se comunicar em tempo real com o resto do planeta. As bolsas de valores interconectadas agem por todo o globo. Um investidor pode, num dia, investir na bolsa de Londres e no dia seguinte mudar suas posições para outras bolsas do mundo. Isso tudo faz com que o capital se desterritorialize, se tornando cada vez mais volátil, gerando o chamado capital fictício, que se revaloriza





constantemente, porém, sem lastro, sem um correspondente material que possa assegurar aquela valorização.

Determinados produtos e modos de vida, principalmente o ocidental, são propagados em todo o mundo. Contudo, nem todos os indivíduos podem desfrutar das benesses do processo de globalização, grande parte da população mundial está alijada das conquistas materiais de nosso tempo, o que demonstra que o mesmo é excludente.

A GLOBALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE

Além do processo de globalização não atingir toda a população e nem todos os lugares no mundo, constata-se que a pobreza e as desigualdades planetárias aumentaram nas últimas décadas, paralelamente ao aumento da concentração de riqueza. Pode-se dizer que tivemos uma globalização das desigualdades, pois o número de pobres cresce em todos os lugares, inclusive nos países mais ricos.

GLOBALIZAÇÃO, MÍDIA IMPRESSA E A SALA DE AULA

A globalização é um dos temas relevantes para se trabalhar a geografia em sala de aula devido à sua abrangência espacial e escalar. Além disso, é um tema atual, diariamente veiculado pela mídia impressa.

A imigração, o consumo e o modo de vida padronizado, a integração econômica dos mercados financeiros, do turismo e do comércio internacional são assuntos ligados ao processo de globalização. Diariamente são veiculadas matérias jornalísticas sobre esses assuntos que podem ser analisados e trabalhados em sala de aula. Porém, o professor deve ficar atento a estas informações que, muitas vezes, expressam pontos de vista tendenciosos e que procuram defender determinados interesses de classe e de setores da economia.

Exemplo: Com a crise financeira de 2008, muitos governos da Europa optaram pela estatização de vários bancos que se encontravam em dificuldades. No Brasil, a mídia de cunho liberal relutou em utilizar a palavra estatização, preferindo o termo recapitalização. Por outro lado, esta estatização contraria tudo o que fora defendido pelo neoliberalismo





dos anos 1980 e 1990, o que demonstra que, em momentos de crise, o Estado é o principal agente na regulação do sistema.

O TEMA GLOBALIZAÇÃO NA MÍDIA IMPRESSA

Com o objetivo de exemplificar como o tema globalização pode ser trabalhado em sala de aula, tendo como base conteúdos veiculados na mídia impressa, optamos por abordar duas matérias extraídas do Jornal Folha de Londrina, juntamente com as suas principais informações sobre as espacialidades citadas, sugerindo algumas reflexões e trabalhos com o tema proposto.

NOTÍCIA 1: NORTE PIONEIRO TERÁ MARCA PRÓPRIA DE CAFÉ

Veículo: Folha de Londrina

Data: 07 de novembro de 2008

Chamada: Logomarca foi lançada ontem em Jacarezinho: intenção é tornar conhecida a qualidade do produto da região.

Informações relevantes:

- 1 - Durante a 1ª Feira Internacional do Café (Ficafé), em Jacarezinho, norte pioneiro do estado, foi lançada a marca “Café do Norte Pioneiro do Paraná”;
- 2 - A iniciativa é da Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Acenpp), que pretende agregar valor à produção local, associando o produto à qualidade;
- 3 - O Norte Pioneiro é o maior produtor estadual de café com uma safra anual de cerca de um milhão de sacas, o que corresponde a 40% da produção estadual;
- 4 - O objetivo é centralizar a padronização dos grãos, conforme o peso, tamanho e cor, visando à exportação, em uma única unidade padronizadora, localizada no município de Ribeirão do Pinhal (57 km de Jacarezinho);
- 5 - A partir da criação da marca, a intenção é obter um ágio sobre o preço praticado na Bolsa de Nova York (EUA);





6 - O associado da Acenpp tem que se comprometer a cultivar 2% de suas áreas com café especial; no próximo ano o índice subirá para 5% e a intenção é chegar a 10% em cinco anos.

Espacialidades relacionadas: Estados Unidos, Nova York, Norte do Paraná, Norte Pioneiro, Município de Jacarezinho e de Ribeirão do Pinhal.

Sugestões de trabalho:

É possível focar a globalização do agronegócio relacionado à produção cafeeira que une localidades distantes e diferenciadas, como Jacarezinho ou Ribeirão do Pinhal, com a cidade de Nova York, onde são feitas cotações na bolsa de valores para esse produto.

Neste contexto, podemos destacar a função do marketing com a criação de uma logomarca própria para o “Café do Norte Pioneiro do Paraná” que visa, por meio da publicidade, alavancar o consumo do produto em escala mundial.

A notícia também busca realçar a valorização do discurso sobre a qualidade dos produtos na conquista de mercados internacionais devido à intensa concorrência global.

A matéria em questão pode auxiliar no trabalho com dados da produção do café no estado do Paraná, visando a comparação com outras regiões produtoras.

NOTÍCIA 2: SETOR MADEIREIRO DO PR DRIBLA CRISE COM OUTROS MERCADOS

Veículo: Folha de Londrina

Data: 09 de novembro de 2008

Chamada: Com a diminuição da exportação para os Estados Unidos, empresas buscam outros países e faturam com a valorização do câmbio.

Informações relevantes:

1 - A queda substancial da exportação de madeira compensada e outros derivados para os EUA, devido à crise imobiliária que provocou a retração do mercado da construção civil naquele país;





2 - Dos 30 mil metros cúbicos entregues mensalmente aos EUA, 22% deixaram de ser exportados nos últimos dois meses. Entretanto, as empresas do Paraná que optaram por outros mercados no exterior estão faturando com a valorização do câmbio;

3 - Para o Presidente do Sindicato da Indústria de Madeira do Estado do Paraná, a queda das exportações para os EUA se deve à falta de crédito para o setor da construção civil estadunidense. Também vem ocorrendo uma falta de crédito dos bancos brasileiros para aquecer a produção da indústria nacional;

4 - Outro ponto destacado pelo presidente do sindicato é que o governo brasileiro só disponibiliza linhas de crédito por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDS, o qual é voltado somente para grandes empresas, não sendo esse o caso da indústria madeireira paranaense;

5 - A indústria madeireira no Paraná vem sofrendo restrições ambientais no Norte do estado, principalmente com relação a árvores como o Jequitibá e o Cedro, utilizados na parte externa dos produtos.

6 - O setor já amarga uma queda de 50% na produção de madeira beneficiada. Demissões, férias coletivas e até fechamentos de fábricas já começaram em todo o Estado. Quem optou por outros mercados escapou da crise;

7 - A queda das vendas para os EUA fez com que o setor realocasse as exportações para a Europa, Oriente Médio, África e parte do continente asiático;

8 - Do total de produtos à base de madeira exportados em 2007, o Brasil faturou US\$ 3,7 bilhões;

9 - A cidade de Sengés, com 22 mil habitantes, 160 km ao norte de Ponta Grossa, enfrenta o desaquecimento da indústria madeireira, com desemprego e fábricas fechando;

10 - Um empresário do setor está de malas prontas para negociar sua produção na Europa e conquistar parte do mercado europeu, dominado pela China, que vem encontrando dificuldades de extrair madeira da Rússia;





11 - O presidente da Associação Brasileira de Madeira Mecanicamente Processadas (Abimci) viajou para Londres para participar da mesa de negociação da Associação Europeia de Produtos de Madeira. Participam do evento mais de 300 empresários do setor, oriundos de países como o Brasil, EUA, Indonésia e Canadá.

Espacialidades relacionadas: Europa, Oriente Médio, África, Ásia, Estados Unidos, Brasil, Indonésia, Canadá, China, Rússia, Estado do Paraná, Municípios de Ponta Grossa e Sengés.

Sugestões de trabalho:

Por meio da matéria é possível realizar uma análise das relações entre a crise financeira global e a crise imobiliária nos EUA.

Podemos destacar que a globalização do setor madeireiro paranaense, diante da crise global e da retração do mercado estadunidense, busca novos mercados em outros países e continentes. Assim, pode-se analisar a variação do dólar nos últimos meses, sua relação com a crise financeira global e as conseqüências daí advindas.

É possível, também, pedir para que os estudantes pesquisem sobre as restrições ambientais impostas à indústria madeireira paranaense, relacionadas à extração do Cedro e do Jequitibá, citados na matéria.

Pode-se também levantar a localização das principais regiões produtoras de madeira no Brasil e no Estado do Paraná, a fim de verificar o impacto dessa atividade no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos respectivos municípios. É possível, também, localizar e buscar mais informações sobre o município de Sengés no Estado do Paraná, a fim de compreender porque o mesmo possui baixo IDH e o impacto da atividade madeireira neste índice.



Reestruturação produtiva, transformações espaciais no campo brasileiro e a mídia impressa

Ideni Terezinha Antonello

A espacialização do capital via territorialização do agronegócio no espaço rural fomentou a reestruturação econômica e territorial, a qual proporcionou a inserção da produção agropecuária no mercado internacional mediante a sedimentação de uma estrutura produtiva assentada no modelo técnico-científico da agricultura que materializa-se no “meio-técnico-científico-informacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Tal fato remete o agronegócio a participar da divisão internacional do trabalho, por conseguinte, ao movimento de mundialização do capital. Nesse contexto, faz-se necessário apreender as transformações espaciais no campo brasileiro no processo organizativo do trabalho com a introdução maciça de tecnologia na base produtiva do espaço rural. As atuais mutações que se fazem sentir no espaço rural são desencadeadas pelos avanços científicos e tecnológicos e levam à *reestruturação* do processo organizativo produtivo nas atividades agropecuárias. Assim, entende-se que:

Reestruturação – “[...] implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança.” (SOJA, 1993, p. 194)

Agronegócio – os pontos fundamentais que o caracterizam são: grandes estabelecimentos agropecuários, presença de tecnologia na base produtiva, utilização mínima de trabalho humano (GIRARDI; FERNANDES, 2005). As características principais do agronegócio correspondem às formas de flexibilização da produção no processo





produtivo agrícola, gerando profundas mudanças na organização socioespacial rural que apresentam-se sob quatro formas:

– Flexibilidade técnica – Corresponde ao avanço da ciência e da tecnologia na base produtiva rural, o qual se cristaliza na biotecnologia, na engenharia genética e na tecnologia da informática. Esse avanço tem como pressuposto o desenvolvimento do meio-técnico-científico e informacional.

– Flexibilidade funcional – Vinculada à primeira, pois essa proporciona uma maior disponibilidade de tempo, ao liberar o agricultor de determinadas funções do processo organizativo do trabalho interno. No entanto, exige dele um novo perfil, ou seja, a polivalência.

– Flexibilidade financeira – Toda prática que visa a compensação entre o custo e o rendimento (lucro) da produção.

– Flexibilidade numérica – Se refere à possibilidade de disponibilizar da mão de obra em função da demanda da produção. Entra em cena o contrato temporário de trabalho, ocorrendo a redução de postos formais. (MERCURE *apud* MUDLER; LAURENT, 2007. p. 4)

As formas de flexibilidade interconectadas atuam na reestruturação produtiva do espaço agrário, as mesmas são comandadas pela dinâmica industrial com a territorialização do agronegócio e dos complexos agroindustriais. Cabe salientar que a territorialização do capital no espaço rural brasileiro segue a lógica de um desenvolvimento geograficamente desigual, pois a “modernização da agricultura” nacional foi conservadora, porque seletiva socialmente e espacialmente concentrada. Ressalta-se que a manutenção e o aumento de uma estrutura fundiária concentrada acarretaram a expropriação dos meios de produção de milhões de trabalhadores rurais que passaram a contar apenas com a sua força de trabalho para sobreviver.

Assim, na situação de trabalhador rural destituído de seu meio de produção (a terra), o trabalho humano sob a forma de força de trabalho torna-se mercadoria. Como salienta Marx: “[...] O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente, ao capitalista o direito de dispor dela.” (s.d., p. 273).





Nessa situação, o autor elucida que o trabalho livre “[...] não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas 8, 10, 15, 18 horas de sua vida diária pertencem a quem as compra.” (*Ibid.*, p. 63)

A destituição dos seres humanos de seus meios de produção leva à submissão do trabalhador que se transforma em força de trabalho, ou seja, em mercadoria, única maneira de garantir a sua reprodução enquanto ser vivo. Nesse ponto é que ocorre o confronto Homem X Máquina, pois o primeiro vende sua força de trabalho que, em parte, é capturada pela ação mecânica das máquinas, fomentando o processo de eliminação de postos de trabalho, conseqüentemente, a “competição” entre a máquina e o trabalho. Nesse processo, sobressaem a flexibilidade técnica e numérica, as quais constituem o principal motivo das seqüelas socioespaciais rurais. Tal fato pode ser observado a partir das seguintes estatísticas:

No Brasil, entre 1990-2002, ocorreu uma diminuição de 21,5% de postos de trabalho na agricultura nacional. O estudo acrescenta ainda “[...] que pode haver um decréscimo de até 60% na demanda total de mão-de-obra na agricultura se houver uma mecanização de todas as áreas produtoras das principais culturas.” (GIRARDI; FERNANDES, 2005, p. 10)

No setor sucroalcooleiro a mecanização da colheita diminui postos de trabalho porque: “[...] uma máquina de colher cana crua corta, em média, 420 toneladas de cana por dia e de cana queimada, 600. Um trabalhador colhe, em média, de 4 a 6 toneladas por dia, o que significa que cada máquina substitui cerca de 100 trabalhadores.” (BALSADI; DEL GROSSI; GRAZIANO, 2000. p. 6)

Na colheita do café os trabalhadores estão sendo substituídos por equipamentos de colheita de frutas que são perfeitamente adaptáveis para a cafeicultura, os quais podem substituir 200 pessoas no ato de colher. Dessa maneira, reduz-se em 40% o custo da mão-de-obra, que perfaz em torno de 65% do valor do custo da produção do café. (BALSADI; DEL GROSSI; GRAZIANO, 2000, p. 6)





O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO CAMPO BRASILEIRO – PROPOSTA DE TRABALHO A PARTIR DOS “PADRÕES DE MANIPULAÇÃO”

Para Abramo (2003, p. 23), uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje praticado pela maioria da grande imprensa é a manipulação da informação. O seu principal efeito é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem relação indireta com a realidade porque a distorce.

Assim, cabe destacar que a manipulação ocorre sob várias formas. Contudo, salientamos que não é *todo* o material que *toda* a imprensa manipula *sempre*, pois se fosse dessa forma “[...] o fenômeno seria auto-desmistificador e autodestruidor por si mesmo.” (*Ibid.*, p. 25)

Os padrões de manipulação da grande imprensa são considerados como tipos ou modelos de manipulação, em torno dos quais giram a maioria das matérias da produção jornalística, com maior ou menor grau de aproximação.

Os quatro padrões de manipulação segundo Abramo (2003) são:

– Padrão de ocultação: Deliberado silêncio sobre determinados fatos da realidade, ou seja, está ligado ao recorte sempre presente na criação do *fato jornalístico*, o que significa dizer que nem todos os fatos reais transformam-se em *fatos jornalísticos* (ausência).

– Padrão de fragmentação: A realidade não é apresentada ao leitor com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e movimento, mas de forma estilizada ou fragmentada em fatos particularizados e desconectados entre si.

– Padrão de inversão: Ao se fragmentar o fato e descontextualizá-lo promove-se a inversão, gerando o reordenamento das partes, isto é, a troca de lugares e de importância.

– Padrão de indução: Aparece articulado aos demais padrões de manipulação. Envolve planejamento, produção e edição dos materiais jornalísticos, planos de apresentação (imagens, montagem),





diagramação, manchetes, notícias, comentários, presença/ausência de temas.

APLICABILIDADE DOS PADRÕES DE MANIPULAÇÃO NA ANÁLISE GEOGRÁFICA DAS NOTÍCIAS

NOTÍCIA 1: AGRICULTURA DE PRECISÃO MELHORA PRODUTIVIDADE

Temática abordada: A obtenção de informações precisas sobre a fertilidade do solo é um importante aliado do produtor que busca ganhos em produtividade. Uma ferramenta eficiente para esse objetivo é a agricultura de precisão.

Fonte: Jornal Folha de Londrina, 23/06/04.

Na notícia, cujo trecho foi transcrito, fica clara a visão do veículo de comunicação indicado no que se refere à reestruturação produtiva da agricultura ao defender a flexibilidade técnica, ou seja, o movimento de transformação que envolve a disseminação do modelo de produção assentado na “agricultura de precisão”. Este subentende a eliminação de postos de trabalho agrícola à qual se vincula a reestruturação do mercado de trabalho rural, fruto do aumento do capital morto na base produtiva. Conseqüentemente, reduz-se a absorção do trabalho vivo.

Cabe salientar que a “agricultura de precisão” não envolve simplesmente informações sobre o solo, mas um novo padrão produtivo alicerçado na ciência e na informática (automação). Assim, o padrão de fragmentação é visível, ao não proporcionar uma visão do conjunto ao leitor e colocá-lo na condição de excluído da possibilidade de ver e compreender o fato de maneira contextualizada, pois é induzido a consumir outra visão da realidade, a dos órgãos de imprensa.

NOTÍCIA 2: SOJA CONTRA A FOME NO MUNDO

Chamada: A FAO sugere a soja e, com ela, a tecnologia brasileira de produção, para combater a fome no mundo.





Fonte: Jornal Folha de Londrina, 27/03/04.

Observa-se os padrões de manipulação atuando de forma conjunta nesta reportagem, o primeiro que sobressai é o de inversão, no momento que a soja passa a ser o sujeito da notícia, e a fome ocupa o segundo lugar, ou seja, o fato jornalístico não é a situação precária de grande parte da população mundial que não possui a alimentação diária, mas sim a soja, portanto, dá-se a *inversão da relevância dos aspectos*, o secundário é apresentado como o principal e vice-versa. Assim, a notícia é processada de forma fragmentada, pois apresenta a realidade descontextualizada, no momento em que ocorre a seleção isolada do fato (a fome). Com isso, a informação e o dado ganham significados que não correspondem à uma visão da totalidade. Particularmente, um dos pontos que fomenta a fome é a concentração da riqueza e dos meios de produção, a terra. Sendo assim, a tecnologia brasileira da produção de soja, que é exaltada na reportagem, encontra-se atrelada à flexibilidade técnica e numérica na agricultura, a qual supõe o aumento da pobreza e da fome.

NOTÍCIA 3: OS TRUNFOS DO AGRONEGÓCIO

Trechos da notícia: “Cabe à Nação, espelhando-se na competência do agronegócio, fazer com que a exploração da natureza e biodiversidade seja sustentável.”

“O agronegócio tem-se mostrado a atividade mais resistente às intempéries e turbulências internas e externas da economia e supera as barreiras protecionistas e subsídios persistentes nas nações industrializadas.”

Fonte: Jornal Folha de Londrina, 05/09/2004

Por meio do título da notícia é possível perceber o que o veículo de comunicação considera um *fato jornalístico*, pois existem *fatos jornalísticos e fatos não jornalísticos (ausência)*, caracterizando-se o padrão de ocultação. A imprensa passa a cobrir e expor os fatos jornalísticos de modo que os demais, ao não serem considerados jornalísticos,





tornam-se ausentes do discurso das mídias. A seleção do que é ou não *fato jornalístico* na realidade social vincula-se às características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial. Assim, a ausência de outros sujeitos enunciadorees em contraponto às “vozes” sociais do agronegócio que se fazem presentes na formatação editorial do Jornal Folha de Londrina, evidencia a sua linha editorial e visão de mundo.

A ufanía expressa na abordagem da territorialização do agronegócio demonstra que as vozes constitutivas da notícia expressam a lógica do capital, que se opõe às condições materiais de existência e de produção dos pequenos produtores familiares. Nesse contexto, a defesa da reestruturação produtiva colocada em prática pelo agronegócio reflete a concepção que tal modelo produtivo, no comando das transformações socioespaciais rurais, é o ideal para a sociedade brasileira. Portanto, opera o padrão de *inversão da opinião pela informação*, pois o órgão de imprensa apresenta uma opinião no lugar da informação, com o agravante de converter a primeira na segunda, ou seja, o “juízo de valor” é utilizado como se fosse um “juízo da realidade”. Dessa forma, a utilização sistemática de todos os padrões de manipulação fomenta a substituição inteira ou parcial da informação pela opinião. Nesse contexto, “[...] O leitor/espectador já não tem mais diante de si a coisa tal como existe ou acontece, mas sim uma determinada valorização que o órgão quer que ele tenha de uma coisa que ele desconhece, porque o seu conhecimento lhe foi oculto, negado e escamoteado pelo órgão.” (ABRAMO, 2003, p. 31)

Sendo assim, os aspectos socioculturais, políticos e ideológicos presentes no discurso da mídia refletem o lugar histórico-social de onde o mesmo é construído.

Ressalta-se que o trabalho com a mídia impressa no ensino de Geografia vincula-se ao entendimento de que o professor de Geografia ou da escola atual deve, primeiramente, ele próprio ser leitor de diferentes fontes (mídia escrita e televisiva, textos científicos e literários) e assim:





- incentivar a leitura e a produção de textos, pois a prática da leitura pode auxiliar como estímulo à escrita;
- ao retrabalhar o texto, o leitor (aluno) pode ampliar significados e criar novos a partir de sua capacidade de crítica;
- alcançar a análise socioespacial, ao ultrapassar o texto por inferências e pressuposições.

Cabe lembrar que trabalhar a leitura e escrita na Geografia é colaborar na formação de pessoas mais críticas para “ler” o mundo e participar na transformação do mesmo. Pois:

Nossa preocupação com a expansão da competência leitora entre todos os cidadãos tem a ver [...] com as vantagens que o ato de ler propicia para a vida individual e a construção social. Ler os mais diversos materiais impressos é estar conectado no mundo, dele auferindo conhecimento e com ele contribuindo ao produzir novos conhecimentos, novos modos de ser e viver. (AGUIAR, 2004, p. 66)





Temas da climatologia na mídia impressa: exercícios para uma abordagem crítica

Deise Fabiana Ely

GEOGRAFIA, MÍDIA IMPRESSA E CLIMATOLOGIA

Os debates efetivados no interior da ciência geográfica perpassam por muitas interpretações de como realizar análises menos dicotômicas sobre a relação Homem/Natureza na constituição das geografidades. Milton Santos (2008) apresenta importantes referenciais que auxiliam nessa análise, enfatizando que Natureza é um modelo de conhecimento, e cada estado da natureza substitui o precedente à medida que aumenta a ação do conhecimento sobre a matéria. Portanto, a sociedade produz naturezas, espaços; bem como concepções as mais variadas de ambos.

Na atualidade, a produção desses espaços se dá a partir de uma imbricada interação entre ciência e técnica, propiciando a elaboração de objetos, idéias, que neles se materializam, caracterizando o que o autor denomina de meio técnico-científico e informacional.

O autor destaca que a constituição desse estado da natureza teve início após a Segunda Guerra Mundial, quando foram reestruturadas novas relações socioespaciais e outros processos produtivos demandados pelo mercado que, graças à ciência e à técnica, tornou-se global.

Nesse contexto socioespacial a informação é fundamental, não só para o funcionamento do mercado, mas, principalmente, para a ampliação do conhecimento técnico-científico, para a massificação da cultura e para a disseminação de políticas globais. A indústria da comunicação se reordena e se apropria das novas tecnologias para disseminar fatos, notícias e imagens, interferindo significativamente no novo modelo de produção, circulação e consumo de mercadorias.





Os diversos tipos de mídia não abordam a totalidade dos fatos, pois nem todos interessam ao público. Assim, a mídia corta e recorta as tramas das experiências espaço-temporais dos diferentes grupos sociais para disseminá-las.

Ribeiro (1991) destaca que os meios de comunicação, principalmente a televisão, no contexto da sociedade brasileira, constituem complexos processos de poder inscritos entre o mercado, a política e a cultura. Esses processos têm sido focos de análises políticas e de conteúdo, no entanto, verifica-se que pouca atenção é dada aos mecanismos de constituição da mentalidade coletiva que tais linguagens midiáticas induzem.

A autora também enfatiza que a produção de uma mentalidade coletiva, que influencia na consolidação das geograficidades hodiernas, corresponde à manifestação de processos culturais e metas sociais indicados mediante o reconhecimento da adequação socialmente desigual do país a uma nova psicosfera.

Milton Santos (2008, p. 256) define psicosfera como sendo: “[...] o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, que também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.”

No contexto do meio técnico-científico e informacional a psicosfera produz a busca social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais. Alguns setores produtivos parecem alimentar, com especial ênfase, os processos culturais de consolidação dessa psicosfera, conformando verdadeiros pólos emissores de valores.

A mídia impressa se configura em um desses pólos e passa a se interessar pelos debates científicos, principalmente pelo fato de que a veiculação dos resultados desses e a confiança no desconhecimento de muitas parcelas da sociedade lhe conferem o domínio da “verdadeira” versão dos fatos.

A realidade transformada pelo meio técnico-científico e informacional supõe um novo estado da Natureza, fundado na noção de diversidade, na possibilidade de auto-regeneração e constitui uma fonte





de recursos que somente poderá ser desfrutada com a emergência da biotecnologia, portanto, necessita de socorro, de cuidados, de preservação, já que é frágil e suas interações e processos ainda são desconhecidos. Diante dessa Natureza revalorizada, a constituição dos espaços hodiernos supõe:

[...] uma adaptação permanente das formas e normas. As normas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar a produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. E as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas. (SANTOS, 2008, p. 252)

Nesse contexto, temas ambientais passam a integrar debates e as relações internacionais que, desde o início do século XX, regulamentam acordos planetários que, após a Segunda Guerra Mundial, passam a ser coordenados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa instituição supranacional vem promovendo encontros e gerenciando acordos, sob premissas científicas que visam nortear diretrizes e políticas ambientais as quais, por intermédio da mídia, saltam escalas e atingem aquela do cotidiano da sociedade, ou seja, a psicosfera local.

Assim, a mídia impressa tem publicado com frequência artigos que enfocam temas ligados à área de climatologia, principalmente após a divulgação dos estudos sobre as mudanças climáticas globais, desempenhando um papel de mediadora entre o discurso científico, a construção das territorialidades e a compreensão da realidade por parte de quem a ela têm acesso.

Enquanto fenômeno discursivo, o debate sobre mudanças climáticas extrapolou a análise científica. Carvalho (2000; 2002) estudou como as teorias subjacentes à análise do discurso contribuem para a identificação do papel da comunicação social na mediação da problemática das mudanças climáticas.





O cidadão comum tem acesso às informações sobre essa temática por meio da mídia; diante da ameaça das mudanças climáticas são divulgadas as transformações no modo de vida necessárias à atenuação dos seus efeitos para a manutenção das gerações futuras. Ao mesmo tempo, defende-se a idéia de que o Estado tem o papel de gerar as condições e as infra-estruturas para implantar tais mudanças.

Desse modo, é de suma importância para a compreensão das novas territorialidades a análise de como a mídia impressa aborda os eventos climáticos e sua geograficidade, pois ela chama a atenção para determinados acontecimentos e problemas, numa dada temporalidade, o que contribui para a construção de representações sociais do fenômeno climático e, por conseguinte, influencia nos arranjos espaciais locais.

NOTÍCIAS VEICULADAS NA MÍDIA IMPRESSA QUE ENFOCAM TEMAS DA CLIMATOLOGIA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

Os temas Mudanças climáticas e Aquecimento Global constituem um fenômeno discursivo, pois são freqüentemente abordados pela mídia impressa que informa o leitor sobre suas causas, indícios e conseqüências. Como vimos, os conteúdos das notícias veiculadas na mídia impressa, segundo a metodologia empregada por Carvalho (2002), são concebidos a partir de três perspectivas:

- analítico-descritiva – define problemas, diagnostica causas, descreve e analisa a realidade;
- normativo-avaliativa – faz juízos de valor e envolve opções ideológicas;
- prescritiva – orienta para a ação, sugere soluções.

O reconhecimento dessas perspectivas, por meio da análise do conteúdo das notícias, pode subsidiar o trabalho do professor em sala de aula, pois, a partir desse exercício ele verificará quais os aspectos da realidade que podem ser trabalhados por meio da notícia, se há necessidade de corrigir certos dados e informações, ou acrescentar outros,





que conteúdos remetem para a ação, qual a ação induzida pelas notícias e se a mesma está atrelada à uma determinada ideologia.

Os itens que seguem exemplificam o emprego da metodologia proposta por Carvalho (2002) na análise dos conteúdos das notícias ligadas à temática em questão.

NOTÍCIA 1: PAÍS IGNORA SEU NOVO CLIMA, DIZ CIENTISTA

A notícia constitui uma síntese de entrevista realizada com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e membro do IPCC, Carlos Afonso Nobre, sobre o estágio atual das pesquisas brasileiras acerca das mudanças climáticas e do aquecimento global.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo, 08/03/2007.

O trecho inicial da notícia apresenta uma afirmação feita pelo pesquisador: “[...] o desmatamento na Amazônia – que responde por dois terços das emissões nacionais de gases de efeito estufa – deve voltar a crescer em 2007 e 2008, devido à retomada do agronegócio. O setor agrícola deve ganhar ainda mais impulso no segundo governo Lula, ironicamente para a produção de biodiesel e álcool, cuja demanda cresce justamente devido à preocupação com o clima.” (Perspectiva analítico-descritiva).

O entrevistado ainda destaca que o Brasil perdeu tempo com as discussões conceituais entre mitigação e adaptação aos efeitos do aquecimento global. “Por causa disso o país acabou não tendo uma política pública definida para tratar do tema aquecimento global.” (Perspectiva analítico-descritiva).

“O (4º) relatório do IPCC (divulgado em fevereiro) não indica nenhuma grande mudança, em termos de quantidade de chuva global por ano, para o Sudeste por exemplo, explica. Entretanto, segundo o pesquisador, o que deve ocorrer é que haverá chuvas mais concentradas, e isso aumenta o risco de tragédias com mortes nas áreas metropolitanas. Teremos mais chances de desabamentos de encostas, como nós vemos todos os anos nos verões.” (Perspectiva analítico-descritiva).





“A falta de uma cultura científica e tecnológica não apenas no governo, mas em toda a sociedade, é outro problema que o Brasil precisa enfrentar.” O pesquisador defende que, no Brasil, a cultura a favor da ciência também precisa aumentar, relatando que: “Falta pensar outro modelo para a Amazônia. A região não tem futuro se a ciência não for desenvolvida lá. Na raiz de um futuro de desenvolvimento sustentável está uma crença maior na ciência. Temos que gastar mais dinheiro com as pesquisas que são feitas na região. É uma questão cultural, que precisa mudar no Brasil.” (Perspectiva prescritiva e normativo-avaliativa).

NOTÍCIA 2: SAVANIZADA, AMAZÔNIA AQUECE O PACÍFICO

A notícia trata da apresentação dos resultados de um modelo que simula mudanças climáticas, prevendo que, se os processos de desmatamento da floresta amazônica continuarem, o fenômeno El Niño será intensificado em até 50%.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo, 12/03/2007.

A primeira frase da matéria destaca que a floresta amazônica não será apenas vítima do aquecimento global, mas que ela pode virar uma de suas vilãs. Ou seja, a natureza que é tida como frágil, se revolta diante das agressões sofridas. (Perspectiva normativo-avaliativa).

A notícia ressalta que “[...] Um novo modelo meteorológico [...] mostra que a selva tropical é uma espécie de controle remoto do oceano Pacífico. Impactada, ela tende a desequilibrar todo o sistema climático daquela região. [...] O que os computadores do INPE estão calculando é que o problema não é a floresta – e sim a falta dela.”

“No caso de uma savanização da região amazônica (o que pode ocorrer num cenário de aquecimento global, segundo outros modelos do próprio INPE, que levam em conta as mudanças previstas pelo IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), a intensidade do fenômeno El Niño, em algumas condições, poderá aumentar em até 50%. [...] Segundo essa teoria, o aquecimento global





(e o desmatamento) pode converter grande parte da floresta em uma vegetação semelhante a do cerrado, o que seria uma tragédia para a biodiversidade, mas também para as chuvas que se formam na região.” São salientadas as conseqüências do desmatamento sobre o clima global e regional. (Perspectiva analítico-descritiva).

No último parágrafo da notícia o meteorologista entrevistado deixa seu recado enfatizando que “A questão mais importante aqui é que mantendo a floresta em pé teremos a possibilidade de manter o clima do planeta também.” (Perspectiva prescritiva).

NOTÍCIA 3: A POLÍTICA DO AQUECIMENTO GLOBAL

Nelson Ascher, autor da matéria, inicia seu texto expondo brevemente os procedimentos metodológicos aplicados na busca de dados e informações que permitem a constatação de como era o clima da Terra no passado (pesquisas com as colunas de gelo depositadas nas calotas polares, análises feitas nos anéis das cascas de árvores milenares e em sedimentos depositados no fundo dos oceanos), destacando que tais procedimentos devem ser analisados em conjunto para o entendimento preciso sobre a origem e causas das mudanças climáticas e do aquecimento global.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo, 12/03/2007.

O autor destaca que: “Numa profundidade temporal de centenas de milhares ou de milhões de anos, as oscilações climáticas da Terra não são mais um mistério e é graças ao quadro que já temos delas que muitas das informações obtidas pela paleontologia, arqueologia e, cada vez mais, pelo estudo genético comparativo dos grupos humanos, adquirem sentido, pois se torna possível situar tal ou qual fase da evolução da espécie num meio ambiente previamente deduzido. É difícil, portanto, para alguém que vê nisso tudo respostas brilhantes a perguntas que pairavam no ar, pôr em dúvida as projeções futuras dos climatologistas. Afinal, a ciência envolvida é complexíssima não apenas para os leigos interessados, mas inclusive para os peritos de outras áreas. E, ainda assim, convém aos leigos colocar perguntas mais informadas e





também interferir mais no processo decisório que vem depois da ciência. Por quê? Porque a questão do aquecimento global em seu conjunto e nas suas conseqüências transcende a ciência. Ela é política nos seus menores detalhes.” (Perspectiva normativo-avaliativa).

“[...] a resposta à pergunta ‘o que fazer agora?’ não pertence somente aos cientistas nem pode ser delegada a organizações internacionais ou transnacionais, como a ONU, que não contam com nenhuma medida de legitimidade democrática. Entregar-lhes a solução de qualquer problema rende em geral dois resultados paralelos, ambos negativos, a saber, a perpetuação do problema posto e a criação de um novo, que é o fortalecimento dessas instituições em detrimento das raras ainda democráticas que existem no âmbito de uma minoria de países.” (Perspectiva normativo-avaliativa e prescritiva).

“Não é deste modo, contudo, que as inúmeras ONG’s (muitas direta ou indiretamente subsidiadas por verbas de tais ou quais governos) e toda a militância verde e ecológica pensam esse assunto. Elas parecem entrever nele uma espécie de oportunidade de ouro e não para resolver dilemas concretos, mas para impor-nos sua visão de mundo. Não é mistério que essa é regressiva, mística, medieval, quando não paleolítica, que ela odeia a tecnologia e a ciência (salvo os ramos que confirmem suas profecias) e, sobretudo, acha nossa civilização e modo de vida absolutamente pecaminosos. A ira sagrada que move tais militantes têm menos a ver com o bem-estar geral do maior número de pessoas do que com o fogo do inferno que deveria abrasar uma civilização que lhes contradiz diariamente com dogmas, uma civilização que garante mais vida a mais gente devido ao uso inteligente de outras fontes de energia além das tradicionais, isto é, a musculatura animal e humana.” (Perspectiva normativo-avaliativa).

O autor termina a matéria com os seguintes dizeres: “Se não temos como julgar diretamente a qualidade da ciência e do aparente consenso que, por enquanto, garantem-nos que há um aquecimento global ocasionado por nossa espécie, podemos, como aliás fazem os cientistas para descobrir o clima de épocas e lugares onde não estavam, tentar deduzir





indiretamente que intenções acompanham cada solução proposta, e não só podemos como precisamos avaliar politicamente seu impacto sobre nosso modo de vida.” (Perspectiva prescritiva).

Considerando o exposto, verificou-se que as notícias que veiculam temas da climatologia, geralmente, são estruturadas a partir da perspectiva analítico-descritiva, pois procuram informar o leitor. No entanto, verificamos que as notícias engendradas sobre o tema das Mudanças Climáticas e do Aquecimento Global possuem uma conotação ideológica e que contribuem para divulgar e impor determinadas posturas e ações à sociedade.

Sob a perspectiva normativo-avaliativa são veiculadas notícias que manifestam a ideologia da crença na ciência, tida como complexa, mas que somente por meio dela é possível atingir o desenvolvimento, que deverá ser sustentável, pois a Natureza é frágil, mas que a qualquer momento pode se revoltar contra a sociedade. Assim veicula-se uma idéia de Natureza dinâmica-sistêmica, entendida tanto como um feixe de variáveis matematicamente correlacionadas quanto como um corpo vivo regulado por processos e dinâmicas próprias, um todo em que cada parte, cada subsistema, desempenha funções e compõe um modelo dinamicamente solidário.

Essa visão sistêmica suscita aspectos positivos e negativos para a análise geográfica. Ela contribui de forma positiva porque procura elaborar um diagnóstico do existente e estabelecer as metas a serem almejadas, auxiliando no delineamento de um caminho que vislumbra a sua concretização. Contudo, atua de forma negativa quando encara a sociedade como um organismo, pois apresenta uma base organicista que tende a analisar todas as suas variáveis como tais e percebe também os fatos de forma estática, afinal, está subsidiada na lógica formal, que não os concebe como resultado de uma relação processual.





Referências

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação da grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- AGUIAR, Vera Teixeira de. Conceito de leitura. In: CECCANTINI, J. do; PEREIRA, R.F; ZANCHETTA, JUNIOR, J. (Org.) *Pedagogia cidadã: cadernos de formação- língua portuguesa*. São Paulo: UNESP, 2004. v. 2, p.61-75
- BALBONI, Mariana Reis. *Exclusão digital no Brasil e uso de Governo Eletrônico: análise sobre os indicadores da pesquisa sobre o uso das TICs em domicílios no Brasil – 2006*. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO9_N2_PDF/exclusao-digital-brasil.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2008.
- BALSADI, Otávio Valentim; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/projetos>. Acesso em: 20 nov. 2000.
- CARVALHO, Anabela. Opções metodológicas em análise de discurso: instrumentos, pressupostos e implicações. *Comunicação e Sociedade 2*. Braga: Universidade do Minho, v. 14, 2000. (Série Comunicação, Cadernos do Noroeste). p. 143-156
- _____. Mudanças climáticas, organizações ambientais e a imprensa britânica: uma análise do poder de perspectivação. In: MIRANDA, J. B.; SILVEIRA, J. F. (Org.). *As ciências da comunicação na viragem do século*. Anais do I Congresso da Associação portuguesa de ciências da comunicação. Lisboa: Vega, 2002. p. 750-762.
- CHAUÍ, Marilena. Senso comum e transparência. In: LERNER, Júlio (ed.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/97. p. 115-132.
- _____. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.





- GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização da produção da soja no Brasil. Disponível em: <www.2prudente.unesp.br>. Acesso em: 31 out. 2005.
- HAESBAERT, Rogério (org.). *Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo*. Niterói: Eduff, 1998.
- HARVEY, David. *A Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006: Resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- JORNAL FOLHA DE LONDRINA. Disponível em: <www.jornaldelondrina.com.br>.
- JORNAL FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>.
- KATUTA, Ângela Massumi. *O Estrangeiro no mundo da Geografia*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal Lógica Dialética*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: LP&M, 1980.
- _____. A lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [s.d.]. vol. 1, p. 111-286.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 71-105.
- MUNDLER, Patrick; LAURENT, Catherine. *Flexibilité du travail en agriculture: méthodes d'observation et évolutions en cours*. Disponível em: <www.ruralia.revues.org.fr>. Acesso em: 07 set. 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.





- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 44-55.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec. (edições 1997 e 2008).
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENE, Eustáquio de. *Globalização e espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SOJA, Edward. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- VESENTINI, José Willian. *O ensino da Geografia no Século XXI*. Presidente Prudente, 1995. (mimeo).
- WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agricultura e mercado*. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 161-190.



Sobre os autores:

Ângela Massumi Katuta: é mestre e doutora em Geografia, respectivamente, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Presidente Prudente) e Universidade de São Paulo (USP). Foi professora da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Atua na área da educação e, especificamente, no ensino da geografia em diferentes níveis, cartografia para escolares, formação docente, cultura e geografia de povos tradicionais. Atualmente é professora da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. É co-autora dos seguintes livros: *Geografia e Conhecimentos Cartográficos* (2001) e *O Brasil frente aos arranjos espaciais do Século XXI* (2007). E-mail: angela.katuta@gmail.com.

Deise Fabiana Ely: Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. É professora da Universidade Estadual de Londrina, onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Geografia, atuando também como pesquisadora do Laboratório de Arranjos Territoriais e Climatologia Geográfica, tendo publicado inúmeros artigos em periódicos especializados. E-mail: deise.ely@gmail.com

Eliane Tomiasi Paulino: Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. É professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, onde atua na graduação e na pós-graduação em Geografia.





É autora do livro: *Por uma geografia dos camponeses* (Unesp, 2006), Organizadora do livro: *Campesinato e territórios em disputa* (Expressão Popular, 2008), entre outras publicações em livros e periódicos especializados. E-mail: eliane.tomiasi@uel.br

Fábio César Alves da Cunha: Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Trabalha com Geografia Urbana e temas como a regionalização do espaço mundial, desenvolvimento regional, metropolização e planejamento ambiental. E-mail: fabioalvescunha@gmail.com

Ideni Terezinha Antonello: possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1990), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1994) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999). Realizou aperfeiçoamento no L'institut Des Hautes Études de L'amerique Latine Université de La Sorbonne, IHELA/França (1998). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço rural, ensino de geografia, conhecimento geográfico. E-mail: antonello@uel.br